



## Empresa

Indústria de fundição de origem brasileira, a TUPY está presente em todos continentes e é marca de referência no mercado mundial de componentes em ferro fundido.

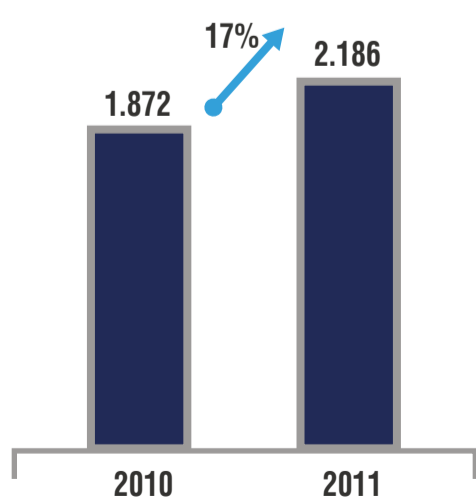
## Produtos

Blocos de cabeçotes e outras peças automotivas são especialidades da TUPY, que também fabrica conexões, perfis e granalhas.

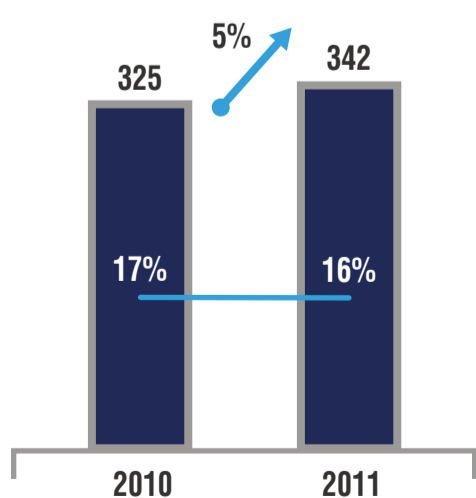
## Tecnologia

Referência em engenharia, desenvolvimento e inovação em tecnologia do ferro fundido.

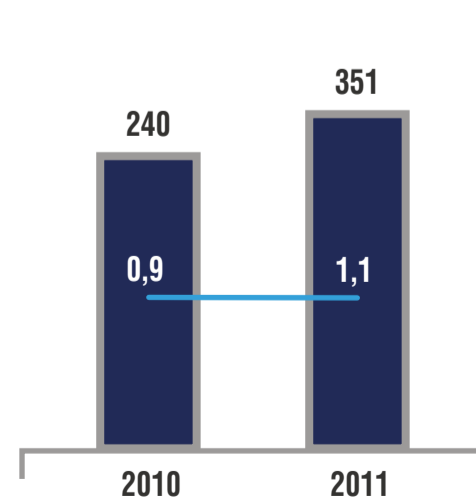
Receita Operacional Líquida  
(R\$ milhões)



EBITDA (R\$ milhões)  
Margem EBITDA



Dívida Líquida (R\$ milhões)  
Dívida Líquida/EBITDA





# TUPY S.A. e Controladas

CNPJ nº 84.683.374/0001-49  
Companhia Aberta

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

São Paulo - SP, 16 de março de 2012. A Tupy S.A. (BM&F Bovespa - TUPY3 e TUPY4) - com forte posição nacional e internacional na manufatura de componentes em ferro fundido para produção automotiva (notadamente blocos e cabeçotes para motores) e conexões de ferro maleável de utilização predominantemente industrial - divulga seus resultados do exercício encerrado em 31/12/2011. As informações da Companhia, exceto quando indicado em contrário, têm como base números consolidados, em milhares de reais, conforme as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS). Todas as comparações referem-se ao mesmo período de 2010, exceto quando mostrado de outra forma.

### MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA

#### Senhores Acionistas,

A evolução dos negócios da Tupy em 2011 serviu para consolidar a substancial recuperação de seu desempenho, iniciada em 2010, após os impactos da crise econômica global de 2008. A performance revigorada teve continuidade mesmo diante da desaceleração do crescimento da economia brasileira no último exercício (2011) e dos efeitos da incerteza reinante na economia europeia. Assim, a Tupy manteve-se no caminho que passou a trilhar a partir de 2010 e novamente registrou resultados consistentes com os melhores de sua história.

Essa circunstância foi favorecida principalmente pelas vendas de componentes utilizados na manufatura de motores movidos a diesel - elementos essenciais da carteira de negócios da Tupy -, as quais foram beneficiadas pela forte demanda do mercado doméstico, pelo avanço de clientes com sede nos Estados Unidos e por exportações de clientes europeus, produtores de veículos de passeio de luxo, para países emergentes. Os resultados da Companhia foram auxiliados, ainda, por contribuição advinda de vendas de conexões em ferro maleável, cujo volume, no mercado interno, manteve-se em nível satisfatório.

A produção total de veículos no Brasil em 2011 manteve-se praticamente estável, tendo variado +0,7%. Este resultado, todavia, não se originou de comportamento uniforme dos segmentos que compõem a indústria automobilística. De fato, concomitantemente à queda de 0,3% da produção de veículos leves (carros de passeio e comerciais leves) ocorreram crescimentos de 13,9% e 17,4%, respectivamente, na manufatura de caminhões e ônibus, sendo estas justamente aplicações nas quais se utilizam os motores movidos a diesel que mencionamos no parágrafo precedente.

O contraste entre as taxas de crescimento da produção de diferentes segmentos é atribuído particularmente à antecipação, para 2011, de aquisições de caminhões, ônibus e veículos comerciais leves, por conta da entrada em vigor, em 2012, da fase P7 do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve 7). Trata-se de regulamento que fixa novos parâmetros para emissões de veículos comerciais leves e pesados a diesel, determinando encarecimento desses veículos em virtude da introdução de sistemas de pós-tratamento dos gases e exigindo novas rotinas de manutenção e operação pelos transportadores.

No que concerne ao mercado norte-americano, em meio a sinais contraditórios quanto à recuperação da economia e crescimento econômico ainda aquém do desejável, vendas e produção de automóveis de passeio progrediram respectivamente 6% e 8% em relação a 2010, o que sugere algum retorno da confiança do consumidor. E, apesar da queda superior a 2% dos gastos do governo - a maior desde 1971 -, a renovação da frota norte-americana de caminhões, o consumo das famílias e as exportações avançadas pela desvalorização do dólar resultaram em crescimento de 15% nas vendas de veículos comerciais. Novamente, verificou-se o melhor desempenho exatamente nos nichos de mercado que utilizam motores movidos a diesel, justamente aqueles com maior participação na carteira de negócios da Tupy.

Os sinais, mesmo que modestos, de recuperação da economia norte-americana, não tiveram paralelo na economia europeia, palco de grandes turbulências em 2011. Vendas de automóveis de passeio sofreram pequena queda, de 1%, em relação a 2010. Procedendo-se à mesma comparação para o segmento de veículos comerciais, houve aumento de 7%, porém o volume de vendas ainda foi substancialmente inferior ao nível verificado antes da crise de 2008.

No que concerne aos resultados do segmento de conexões, foram alcançados em virtude do aumento do consumo nos segmentos da construção civil e da indústria de transformação em geral e apesar da acirrada concorrência asiática e de perdas de vendas no mercado externo, seja por conta de barreiras impostas no MERCOSUL, seja por conta da crise europeia.

A distribuição geográfica das vendas foi tal que o mercado interno representou o principal destino da produção da Tupy - conforme já ocorreu em 2009 e 2010 -, correspondendo a 53% das vendas físicas em 2011. A semelhança desse percentual com o observado no ano anterior (54%) ganha importância adicional quando consideramos que o volume total de vendas do exercício de referência - 471,3 mil t - praticamente igualou o recorde histórico alcançado em 2007.

Em síntese, o exercício de 2011 foi próspero para os negócios correntes da Tupy, em função de condições favoráveis nos mercados aos quais a Companhia dedica considerável foco e atenção, e também por conta do sucesso de clientes com os quais a Tupy, estratégica e ativamente, construiu e mantém relações há muitos anos.

Além disso, o exercício foi marcado por eventos importantes, relativos ao futuro da Companhia e à modernização de seu parque industrial. Cabe salientar, a propósito, o início das operações de nova linha de produção de autopeças e a execução acelerada de projeto de expansão da capacidade de produção de blocos e cabeçotes para motores, cujas operações devem ter início em abril/2012. Em ambos os casos, os projetos, planejados ainda antes da crise de 2008, foram interrompidos no ano seguinte por conta da incerteza então dominante na economia global.

No contexto de visão de longo prazo cuja principal aspiração é a liderança global da indústria de blocos e cabeçotes em ferro fundido para motores, a Tupy consolidou em anos recentes o entendimento de que a sustentação e o crescimento de suas relações técnicas e comerciais com a clientela requer extensão da estrutura de produção para outros continentes. Isto para lhe proporcionar a condição de parceiro preferencial de clientes e fornecedores, fundamento essencial da constituição e conservação de portfólio de negócios diversificado e de alto valor.

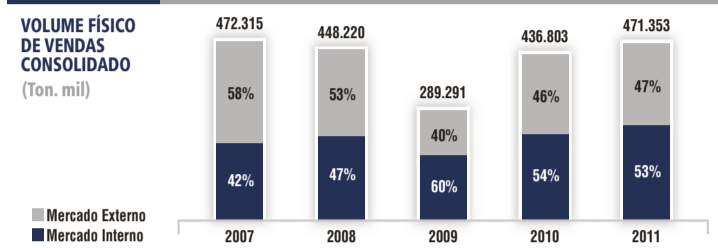
Dessa forma, e sem prejuízo da importância de projetos de crescimento orgânico, a Companhia dedicou grande esforço em 2011 à aquisição de operações na América do Norte - passo inicial da internacionalização de sua manufatura. Daí resultou assinatura, em 17.11.2011, de promessa firme de compra de duas fundições no México - Cifunsa Diesel e Technocast - por valor equivalente a US\$ 439 milhões. O fechamento definitivo da transação aguarda consentimento das autoridades de defesa da concorrência do México e dos Estados Unidos - o que se espera para breve - e sua concretização resultará em profunda transformação da Tupy.

Juntamente com a capacidade de produção adicionada pelo projeto de expansão, as operações adquiridas propiciarão à Tupy a condição de maior fabricante de blocos e cabeçotes em ferro fundido do mundo e a liderança do mercado nas Américas. Além disso, a Tupy ampliará substancialmente seu relacionamento com destacados produtores de máquinas de construção e mineração e de máquinas agrícolas, alavancando por esse meio sua presença no mercado de aplicações *off road* e em mercados emergentes, para os quais parcela relevante das vendas desses produtos se destina.

O exercício de 2011 ficará, assim, marcado pela grande envergadura e pela diversidade dos desafios que a Companhia precisou vencer - no âmbito de suas operações regulares, na implantação de projetos de expansão orgânica e na concepção e execução de seu primeiro projeto de aquisição internacional. Em todas as frentes a Tupy saiu-se satisfatoriamente e os resultados cuja análise se realiza a seguir constituem demonstração de que a equipe soube administrar as pressões advindas das diferentes circunstâncias que dominaram o período.

### VOLUME FÍSICO DE VENDAS

Volume Físico de Vendas	Consolidado (Ton Mil)		
	2011	2010	Variação
Mercado Interno	248.460	234.356	6%
Participação %	53%	54%	
Mercado Externo	222.893	202.447	10%
Participação %	47%	46%	
<b>Vendas Físicas Totais</b>	<b>471.353</b>	<b>436.803</b>	<b>8%</b>



Em 2011 o volume físico das vendas alcançou 471,3 mil toneladas, correspondente a crescimento de 8% sobre o volume de vendas de 2010. Este resultado praticamente igualou o recorde histórico de vendas da Companhia, registrado em 2007.

O volume de vendas foi beneficiado por antecipações de compras de caminhões e ônibus no Brasil, em função do PROCONVE 7, pela forte demanda norte-americana e por exportações de clientes europeus para países emergentes.

### SÍNTESE DOS RESULTADOS

Resumo dos Resultados	Consolidado (R\$ Mil)		
	2011	2010	Variação
<b>Receita Operacional</b>	<b>2.185.548</b>	<b>1.871.527</b>	<b>17%</b>
Mercado Interno	1.160.985	1.044.467	11%
Mercado Externo	1.024.563	827.060	24%
Custo das Vendas e Despesas Operacionais	(1.921.867)	(1.622.000)	18%
Lucro antes do Resultado Financeiro	263.681	249.527	6%
<b>% sobre a Receita Operacional</b>	<b>12%</b>	<b>13%</b>	
Resultado Financeiro Líquido	21.345	(3.837)	-
Lucro após o Resultado Financeiro	285.026	245.690	16%
<b>% sobre a Receita Operacional</b>	<b>13%</b>	<b>13%</b>	
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(6.769)	(53.997)	(87%)
Lucro antes dos Efeitos Fiscais	278.257	191.693	45%
<b>% sobre a Receita Operacional</b>	<b>13%</b>	<b>10%</b>	
Imposto de Renda e Contribuição Social	(74.873)	(37.262)	101%
Lucro Líquido do Exercício	203.384	154.431	32%
<b>% sobre a Receita Operacional</b>	<b>9%</b>	<b>8%</b>	

### DESEMPENHO OPERACIONAL DE RESULTADOS

A Receita Operacional cresceu 17% em 2011, em relação a 2010. Custos das Vendas e Despesas Operacionais apresentaram variação de 18%, quando comparados com 2010.

Cabe destacar, no que concerne à variação da Receita Operacional:

- O crescimento do volume físico de vendas;
- O aumento de preços por conta de repasses da inflação de custos, em especial dos insumos metálicos;
- A valorização do Real (taxa média de R\$/US\$ 1,67 em 2011, contra R\$/US\$ 1,76 em 2010), impactando de maneira negativa a receita de vendas externas.

A propósito da variação de Custo das Vendas e Despesas Operacionais, salienta-se:

- A inflação de preços de insumos diversos, da energia elétrica e da mão de obra;
- O recuo da produtividade, em decorrência da utilização de equipamentos antigos e menos eficientes para atender o aumento da demanda e manter a execução do plano de investimentos;
- O crescimento do volume físico de vendas.

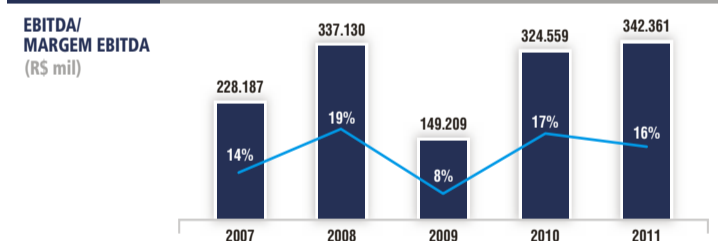
Reconhecendo-se os efeitos acima mencionados, o Lucro antes do Resultado Financeiro registrou R\$ 263,7 milhões, 12% sobre a Receita Operacional, contra R\$ 249,5 milhões verificados em 2010, correspondentes a 13% sobre a Receita Operacional daquele exercício. Em valores absolutos houve aumento de 6%.

O Resultado Financeiro Líquido de R\$ 21,3 milhões (receita), frente a R\$ 3,8 milhões (despesa) em 2010, compreende ganhos de aplicações financeiras decorrentes do maior saldo de caixa e equivalentes de caixa em relação àquele período.

O Lucro Líquido de 2011 registrou R\$ 203,4 milhões, frente a R\$ 154,4 milhões em 2010, representando crescimento de 32% e margem de 9% sobre a Receita Operacional (8% em 2010).

### EBITDA AJUSTADO

Reconciliação do Lucro Líquido com EBITDA	Consolidado (R\$ Mil)		
	2011	2010	Variação
Lucro Líquido do Exercício	203.384	154.431	32%
(-) Resultado Financeiro Líquido	21.345	(3.837)	-
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	74.873	37.262	101%
(+) Depreciações e Amortizações	80.633	76.433	5%
= EBITDA (segundo a metodologia do Ofício Circular 01/07 CVM)	337.545	271.963	24%
<b>Margem EBITDA</b>	<b>15%</b>	<b>15%</b>	
(+) Outras Receitas (Despesas) Operacionais (exceto depreciação de ativos não operacionais)	4.816	52.596	(91%)
= <b>EBITDA Ajustado</b>	<b>342.361</b>	<b>324.559</b>	<b>5%</b>
<b>Margem EBITDA Ajustado</b>	<b>16%</b>	<b>17%</b>	



O EBITDA Ajustado de 2011 registrou R\$ 342,4 milhões (16% sobre a Receita Operacional), aumento de 5% em relação ao valor atingido em 2010 - R\$ 324,6 milhões (17% sobre a Receita Operacional).

As principais causas das variações no EBITDA foram comentadas acima, nas observações sobre o resultado. O gráfico acima demonstra o EBITDA histórico e sua representatividade sobre a receita operacional.

**EBITDA Ajustado:** é o lucro líquido adicionado do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e contribuição social, das depreciações e amortizações e ajustado pela adição das outras despesas ou redução das outras receitas operacionais líquidas.

### FLUXO DE CAIXA E ENDIVIDAMENTO

Resumo do Fluxo de Caixa	Consolidado (R\$ Mil)		
	2011	2010	Variação
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>1.421.085</b>	<b>578.366</b>	<b>146%</b>
Caixa oriundo das atividades operacionais	258.268	283.099	(9%)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(244.820)	(139.643)	75%
Caixa gerado nas atividades de financiamentos	833.431	3.972	20.883%
Efeito cambial no caixa do exercício	(4.160)	(6.302)	(34%)
<b>Aumento da disponibilidade de caixa</b>	<b>842.719</b>	<b>141.126</b>	<b>497%</b>

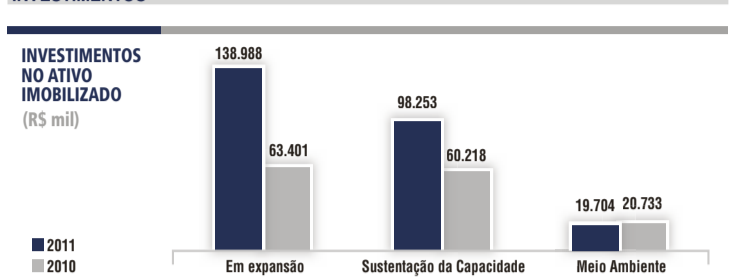
Endividamento	Consolidado (R\$ Mil)		
	2011	2010	2009
Dívida bancária - Curto Prazo	394.399	75.718	115.115
Dívida bancária - Longo Prazo	1.402.273	762.599	547.246
<b>Total da Dívida</b>	<b>1.796.672</b>	<b>838.317</b>	<b>662.361</b>
(-) Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações Financeiras	1.445.277	598.329	450.922
<b>(=) Endividamento líquido</b>	<b>351.395</b>	<b>239.988</b>	<b>211.439</b>

A Companhia encerrou 2011 com saldo de caixa de R\$ 1.421,1 milhões - acréscimo de R\$ 842,7 milhões sobre o saldo de fechamento de 2010.

Esta variação tem origem em reservas de caixa constituídas para efetuar o pagamento de aquisições de empresas no México, obrigação estimada em R\$ 790,2 milhões por ocasião da aprovação destas demonstrações (US\$ 439 milhões, convertidos à taxa de câmbio de R\$ 1,80/US\$ 1,00) e em captações de empréstimos de longo prazo para fazer frente a vencimentos de curto prazo, visando manter o perfil da dívida.

O endividamento financeiro líquido em 2011 atingiu R\$ 351,4 milhões. O aumento de R\$ 111,4 milhões em relação a 2010 decorreu principalmente das atividades de financiamentos do fluxo de caixa, acima mencionado.

### INVESTIMENTOS



Em 2011, o total de investimentos atingiu R\$ 256,9 milhões, 78% superior ao verificado em 2010.

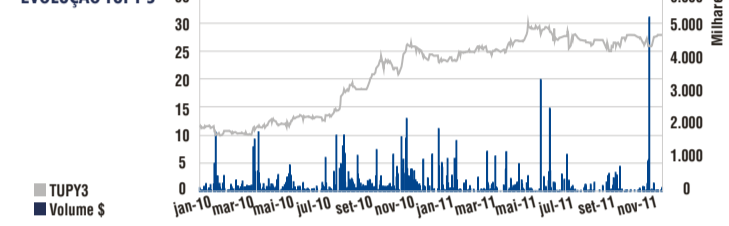
Além de investimentos para expansão de sua capacidade de produção nas plantas de Mauá e Joinville - destaca-se a implantação, nesta última, de nova unidade de produção de blocos e cabeçotes com início das operações previsto para abril/2012, a Companhia aplicou valores relevantes na sustentação e modernização de seu parque industrial e em melhorias na área ambiental.

### MERCADO DE CAPITAIS

Abaixo o volume de negociações, bem como maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado:

	Volume Médio Diário (R\$)	TUPY3 - ON	
		Maior Cotação (R\$)	Menor Cotação (R\$)
4º Trimestre de 2011	269.620,10	27,90	25,00
3º Trimestre de 2011	209.276,51	29,26	25,50
2º Trimestre de 2011	231.081,67	30,00	24,30
1º Trimestre de 2011	280.422,58	25,84	22,96
3º Trimestre de 2010	372.036,48	29,00	21,29
2º Trimestre de 2010	301.643,03	21,99	12,70
1º Trimestre de 2010	185.500,16	14,80	11,50
1º Trimestre de 2010	203.631,05	13,70	-

### EVOLUÇÃO TUPY 3



### REMUNERAÇÃO DOS ACIONISTAS

Os Administradores estão propondo à Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em abril de 2012, o pagamento de dividendos e juros sob o capital próprio no montante de R\$ 84,5 milhões (aproximadamente R\$ 1,48 por ação). Referida remuneração, líquida dos efeitos fiscais na parcela sob a forma de juros sob o capital próprio, corresponde a 40% do Lucro Líquido após as destinações legais.

### IMPACTO SÓCIO AMBIENTAL

O gerenciamento dos efeitos das operações da Tupy sobre o meio ambiente manteve-se como prioridade em 2011, quando, igualmente, prosseguiram os esforços voltados ao aperfeiçoamento do sistema de gestão ambiental e de suas ferramentas.

Os recursos aplicados na proteção ao meio ambiente em 2011 enfocaram:

- o Manejo de áreas excedentes de fundição, principal resíduo da atividade. Destacam-se esforços relativos ao depósito adequado, busca de alternativas de reuso e desenvolvimento de tecnologia de regeneração dessas áreas, para uso na própria fundição. A esse respeito:
  - Foi implantada a ampliação do aterro industrial, que estendeu a vida útil do aterro preexistente em estimados sete anos. A execução do projeto envolveu obras de terraplanagem, aplicação de mantas impermeabilizantes, sistema de drenagem e bombeamento e construção de vias de acesso. Em dezembro/2011 foi iniciada a deposição de material na nova área;
  - Deu-se início a projeto para testar a utilização de áreas de fundição em assentamento de tubos, visando o emprego deste resíduo como material de engenharia. Em conjunto com a Companhia de Águas de Joinville foi construído trecho experimental da rede de esgotos, que terá seu lençol freático monitorado para comprovação da possibilidade de uso de áreas de fundição nesta aplicação;
  - Decidiu-se desenvolver adicionalmente, em planta piloto, o processo Tupy de regeneração de área verde, antes de colocá-lo em funcionamento em escala industrial. Este caminho foi escolhido com o propósito de otimizar processos e equipamentos e permitir reuso de suas lamas na própria fundição, tornando mais econômico o processo como um todo.
- Investimentos em sistemas de exaustão, dotando diversas áreas fabris da empresa com eficientes equipamentos de controle ambiental.

A Tupy renovou certificações ISO 14001 em suas duas unidades, Joinville e Mauá. As auditorias que precedem as certificações são realizadas por entidades especializadas no tema a cada três anos e consistem na avaliação e validação de todo o sistema de gestão ambiental da empresa.

A retribuição ao corpo de funcionários, principal alavanca para o sucesso da Tupy, se fez por meio de gastos no montante de R\$ 448,3 milhões com salários e encargos sociais, participação nos resultados, concessão de benefícios - nas áreas de saúde e alimentação - e desenvolvimento pessoal e profissional de nossos colaboradores, além do contínuo treinamento exigido pela busca da liderança tecnológica e da excelência operacional.

O valor líquido adicionado pela Companhia, distribuído sob a forma de salários, encargos sociais e benefícios aos empregados, remuneração do capital de terceiros, impostos e contribuições e remuneração do capital próprio alcançou R\$ 925,5 milhões, representando 42% da receita operacional.

### RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Conforme disposto na Instrução CVM nº 381/03, de 14/01/2003, informamos que os auditores independentes da Tupy S.A. não prestam à Companhia quaisquer outros serviços além dos concernentes à auditoria das demonstrações financeiras.

### DECLARAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Os Administradores da Companhia, reviram, discutiram e concordam com o integral teor das demonstrações financeiras assim como, com o relatório dos auditores independentes, conforme consta da Ata de Reunião de Diretoria de 16/03/2012.

### PERSPECTIVAS

O cenário econômico global que ora se divisa - e as perspectivas daí advindas para os principais mercados e regiões em que a Tupy se faz presente - permitem traçar futuro próspero para a Companhia. No mercado doméstico, observou-se consolidação, em 2011, da notável recuperação da indústria automobilística brasileira, iniciada no ano anterior. Além disso, investimentos de vulto na expansão da produção de veículos têm sido anunciados, não apenas por fabricantes já estabelecidos no Brasil, mas também por novas marcas que aqui pretendem se estabelecer, ou já decidiram fazê-lo, em vista do panorama favorável que antecipam para nosso mercado nos próximos anos.

No que diz respeito aos mercados de exportação - que têm relevante participação nos negócios da Tupy - há sinais crescentes de fortalecimento da economia norte-americana, cuja confirmação trará benefícios à carteira corrente de negócios, uma vez que se trata do principal destino das vendas externas da Companhia. Cabe salientar que em 2011 a demanda norte-americana pelos produtos da Companhia foi robusta, tanto em função da natureza global e exportadora das operações de cliente de elevada representatividade no portfólio, quanto pelo sucesso comercial, no mercado local, de produtos específicos em que são aplicados componentes manufaturados pela Tupy.

A materialização dos sinais acima referidos não apenas acrescentará vigor ao fluxo atual de negócios. Com efeito, estimula nossa convicção sobre a firmeza dos fundamentos que sustentaram a decisão estratégica de internacionalizar a manufatura da Tupy, sem prejuízo da envergadura dos desafios implícitos nessa decisão. A esse respeito, cabe reconhecer a complexidade da integração das operações brasileiras e mexicanas e da transformação de processos de gestão, necessária para conciliá-los com a natureza multinacional que a Companhia passará a ter na plenitude.

Em paralelo com a competição advinda de seus negócios ordinários, a Tupy tem sido constantemente colocada à prova por seus clientes, no que concerne à sua capacidade de desenvolver processos de manufatura aplicados à produção de componentes de alta complexidade. Tais componentes são utilizados na fabricação de motores cada vez mais eficientes, capazes de atender a regras de emissões de poluentes progressivamente mais exigentes.

Nesse contexto, a Tupy deu continuidade em 2011 ao aperfeiçoamento de competências adquiridas ao longo de muitos anos, preservando assim sua capacidade de responder a desafios técnicos e operacionais e sua posição de integrante de grupo restrito de empresas aptas a concorrer por oportunidades de valor oferecidas pelo mercado. A captura desse valor, todavia, está sujeita à observância de política comercial pautada pela promoção do reconhecimento dos diferenciais que a Companhia tem a oferecer, bem como do custo de servir clientes e mercados cuja dinâmica se modifica a intervalos de tempo cada vez menores.

Da mesma forma, a geração de benefícios econômicos para a Tupy e seus acionistas encontrará suporte valioso nos avanços concretizados no âmbito da governança corporativa, dos processos de gestão e do pensamento estratégico, elementos indispensáveis para o êxito de seus projetos e para sustentar aspirações ainda mais elevadas quanto à sua valorização pela comunidade investidora em geral.

É nosso dever ressaltar, porém, impactos adversos oriundos de variáveis tais como a carga tributária excessiva, deficiências da infraestrutura (estradas, portos, aeroportos etc.) e a crescente escassez de mão de obra qualificada, que prejudicam a competitividade da indústria brasileira e colocam em risco o êxito de projetos e empresas nacionais, mesmo no caso daquelas que, como no caso da Tupy, apresentam grande potencial.

Apesar dos problemas acima citados - cuja eliminação é complexa, mas não impossível -, a perspectiva de futuro auspicioso sustenta o esforço daqueles que trabalham em prol do sucesso da Tupy. Agradecemos a todos - colaboradores, acionistas, credores, clientes, fornecedores e demais *stakeholders* - certos de que a continuidade de seu incentivo será elemento indispensável para o sucesso da Companhia.

A Administração

### BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais)

ATIVO CIRCULANTE	Nota explicativa	Companhia		Consolidado		PASSIVO CIRCULANTE	Nota explicativa	Companhia		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010			2011	2010		



# TUPY S.A. e Controladas

CNPJ nº 84.683.374/0001-49  
Companhia Aberta

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva para investimentos	Dividendos adicionais propostos		
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009</b>	<b>398.395</b>	<b>164.160</b>	<b>19.562</b>	<b>277.144</b>	<b>22.348</b>	<b>881.609</b>	
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	154.431	154.431
Aprovação de dividendos adicionais de 2009	-	-	-	-	(22.348)	-	(22.348)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	(15.670)	-	-	-	15.670	15.670
Destinação do lucro:							
Reserva legal	-	-	7.722	-	-	(7.722)	-
Reserva para investimentos	-	-	-	97.440	-	(97.440)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	22.006	(64.939)	(42.933)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010</b>	<b>398.395</b>	<b>148.490</b>	<b>27.284</b>	<b>374.584</b>	<b>22.006</b>	<b>970.759</b>	
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	203.384	203.384
Aprovação de dividendos adicionais de 2010	-	-	-	-	(22.006)	-	(22.006)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	(16.287)	-	-	-	16.287	16.287
Destinação do lucro:							
Reserva legal	-	-	10.169	-	-	(10.169)	-
Reserva para investimentos	-	-	-	125.014	-	(125.014)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	28.982	(84.488)	(55.506)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011</b>	<b>398.395</b>	<b>132.203</b>	<b>37.453</b>	<b>499.598</b>	<b>28.982</b>	<b>1.096.631</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS FIMAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Tupy S.A. ("Tupy" ou "Companhia") é uma Companhia aberta, com sede na cidade de São Paulo, registrada na bolsa de valores de São Paulo ("BOVESPA") e plantas industriais em Joinville, Santa Catarina e Mauá, São Paulo. Possui forte posição nacional e internacional na atividade de fundição de ferro, segunda maior fundição independente do mundo em blocos e cabeçotes de motor em ferro fundido e a maior da América Latina. Possui diversificada base de clientes nos continentes americano, europeu e asiático, atua nos segmentos de produtos automotivos (blocos, cabeçotes e peças) e produtos industriais (conexões, granelhas e perfis). (nota 26)

Além das plantas industriais, a Companhia possui as seguintes subsidiárias integrais:

- Tupy American Foundry Co., localizada nos Estados Unidos da América e Tupy Europe GmbH, com sede na Alemanha, atuando na logística, comercialização e assistência técnica para os produtos automotivos dos clientes situados na América do Norte e Europa;
- Tupy American Iron & Alloys Co., localizada nos Estados Unidos da América atuando na logística e comercialização de perfis;
- Tupy Argentina S.R.L., com sede na Argentina, atuando na logística e comercialização de conexões;
- Tupy Agroenergética Ltda., empresa brasileira, localizada em Joinville, Santa Catarina, do ramo de reflorestamento, constituída originalmente para suprir fontes alternativas de energia. Partes relevantes dos ativos foram alienadas em 2009 e saldo remanescente se encontra em processo de alienação; (nota 11)
- Sociedade Técnica de Fundições Gerais S.A. - Sofunje, "em liquidação".

### 2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- As demonstrações financeiras individuais da controladora, as quais foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nas normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, identificadas como Companhia, e
- As demonstrações financeiras consolidadas, que foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as normas IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas informações separadas da controladora, pelo seu valor justo ou pelo custo. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as normas IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

#### 2.1. Base de elaboração, moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A moeda funcional da Companhia e de todas as suas controladas é o Real (R\$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras da Companhia, individuais e consolidadas.

#### 2.2. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as normas IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas ao final de cada exercício. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício seguinte estão incluídas nas notas explicativas de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (nota 8), Provisões tributárias, cíveis, previdenciárias e trabalhistas (nota 17) e Instrumentos Financeiros. (nota 28)

#### 2.3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis, descritas em detalhes a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

#### a. Base de consolidação

**Controladas**  
As informações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas. As práticas contábeis das controladas estão alinhadas com as práticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

#### Transações eliminadas na consolidação

Saldos, transações e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações entre as empresas controladas e a Companhia, são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Lucros ou prejuízos não realizados oriundos de transações com as empresas controladas são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia naquela controlada.

#### b. Moeda estrangeira

**Transações em moeda estrangeira**  
Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio apurada naquela data. As diferenças de variação cambial resultantes na conversão são reconhecidas no resultado do exercício.

#### Operações das controladas no exterior

As informações financeiras de balanço e resultado das empresas controladas são convertidas pela moeda de apresentação e funcional, que é o Real (R\$), conforme abaixo:

- Os ativos e passivos monetários são convertidos para reais (R\$) pelas taxas de câmbio apuradas na data do balanço;
- Os ativos e passivos não monetários são convertidos para reais (R\$) pela taxa em vigor na data da transação;
- As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em reais (R\$) pelas taxas de câmbio médias mensais; e
- Por não possuírem corpo gerencial próprio, autonomia administrativa, não contratarem operações próprias e funcionarem, na essência, como extensão das atividades da Companhia, os efeitos cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior são reconhecidos no resultado do exercício.

#### c. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia fizer parte das disposições contratuais dos instrumentos. (nota 28)

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação, diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são: (i) acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros após o reconhecimento inicial, se aplicável, ou (ii) se classificados como valor justo por meio do resultado, são reconhecidos imediatamente no resultado.

Quando a Companhia tiver o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente ela pode apresentá-lo de forma compensada no balanço patrimonial.

#### Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições a riscos de variação de moeda estrangeira. Tais instrumentos são reconhecidos pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos.

#### Ativos financeiros

A Companhia reconhece os recebíveis e os depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um ativo financeiro quando expiram os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo. A Companhia tem os seguintes ativos financeiros: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber de clientes e títulos a receber e outros.

#### Caixa e equivalentes de caixa

Consistem em caixa, depósitos em contas bancárias, aplicações financeiras no Brasil e no exterior, bem como aquisição de títulos de liquidez imediata, com prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação, os quais representam risco insignificante de mudança de valor. (nota 3)

#### Aplicações financeiras

As aplicações financeiras vinculadas são mensuradas e demonstradas pelo valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. (nota 4)

#### Contas a receber

Estão apresentadas a valores de custo amortizado, menos perdas do valor recuperável, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As contas a receber de clientes não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento no curto prazo e porque os efeitos não são relevantes nas demonstrações financeiras. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas de créditos junto a clientes, é reconhecida com base na idade das contas a receber em atraso. (nota 5)

#### Passivos financeiros

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando têm suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia possui os seguintes passivos financeiros: financiamentos e empréstimos, fornecedores e títulos a pagar e outros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa de juros efetivos.

#### Financiamentos e empréstimos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos na transação e demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e os valores de liquidação é reconhecida na demonstração de resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva. (nota 14)

#### d. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e/ou produção, considerando o método de absorção total de custos industriais, ajustado ao valor realizável líquido, quando aplicável. O custo dos estoques inclui os gastos incorridos na aquisição dos insumos, transporte até sua localização atual e todos os custos fixos e variáveis diretos e indiretos de produção, necessários à transformação dos insumos em produtos acabados comercializáveis. O custo dos estoques não excede o menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos e despesas para realizar a venda. A análise para a constituição de provisão considera a aplicabilidade, a capacidade de recuperação, realização e sinais de obsolescência. (nota 6)

#### e. Ferramentais de terceiros

Referem-se a ferramentais em produção para atender contratos com clientes. São avaliados pelo custo de aquisição e construção, deduzido de provisão para ajuste aos prováveis valores de realização, quando aplicável. Quando terminados são faturados aos clientes e permanecem na Companhia, sob contrato de comodato, para serem utilizados no processo produtivo.

#### f. Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. (notas 8 e 23)

#### Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para cada empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

#### Impostos diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação do balanço.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se houver direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionarem a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados na data do balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. (nota 8)

#### g. Propriedades para investimentos

Os ativos classificados como propriedades para investimentos são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda. (nota 11)

#### h. Investimentos

A Companhia consolidou integralmente as demonstrações financeiras da Tupy S.A. e todas as empresas controladas da Companhia. Considera-se existir controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, a fim de obter benefícios de suas atividades. Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, eliminando-se os lucros não realizados até a data do balanço. Os demais investimentos estão avaliados ao custo de aquisição deduzido de provisão para ajuste aos prováveis valores de realização, quando aplicável. (nota 12)

#### i. Imobilizado

**Reconhecimento e mensuração**  
Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. (nota 13)

O custo histórico de aquisição inclui gastos que são diretamente atribuíveis à instalação do ativo. O custo de ativos construídos pela Companhia inclui os materiais, a mão de obra e quaisquer outros custos necessários para colocar o ativo no local e em condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida. Ambos incluem os custos de empréstimos enquanto mantidos em imobilizações em andamento, para os respectivos ativos qualificáveis.

#### Depreciação

A depreciação é calculada a partir do custo de um ativo e reconhecida no resultado com base na vida útil estimada de cada ativo, ou das partes de cada ativo, pelo método linear, considerando que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente como mudança de estimativas contábeis.

#### Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos mercantis financeiros em vista de se tratar de financiamento de ativo imobilizado. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do contrato de arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o bem arrendado é registrado de acordo com a prática contábil aplicável ao ativo imobilizado.

#### j. Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*)

Na data de cada balanço, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado pelo seu uso ou pelo valor de venda. Caso se identifique tais evidências, a Companhia efetua os cálculos para a identificação do valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo no resultado do período.

#### k. Salários, encargos sociais e participações

Obrigações a empregados e os encargos relacionados são mensurados quando incorridos e registrados como despesas conforme o serviço for prestado. O passivo relativo ao programa de participação no resultado de curto prazo é reconhecido pelo valor estimado a ser pago pela Companhia. (nota 16)

#### l. Adiantamentos de clientes

Referem-se a adiantamentos de recursos para a construção de ferramentais que serão utilizados no processo produtivo. São registrados pelos valores contratados e atualizados pela variação cambial quando aplicável e liquidados quando do faturamento do objeto da transação.

#### m. Provisões tributárias, cíveis, previdenciárias e trabalhistas

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. É constituída em montante considerado pela Administração suficiente para cobrir perdas prováveis, sendo atualizada até as datas dos balanços, observada a natureza de cada provisão e apoiada na opinião de advogados internos e externos à Companhia. (nota 17)

#### n. Receita de vendas

A receita de vendas é apresentada líquida dos tributos e dos descontos incidentes. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando concedidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável, a Companhia não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta, os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito a transação podem ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador. (nota 19)

#### o. Lucro por ação básico e diluído

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia dividido pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, quando houver. (nota 24)

#### p. Demonstrações de valor adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação complementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no *CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado*. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

#### q. Novas normas e interpretações

**Novas normas adotadas**  
As interpretações e alterações de normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011. Entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Em maio de 2010, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 1 (CPC 37), IFRS 3 (CPC 15) e IAS 34 (CPC 21). As alterações das normas IFRS 3, são efetivas para os períodos anuais iniciados em/ou após 1º de julho de 2010. As demais alterações de normas são efetivas para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011.

#### Novas normas não vigentes

Diversas normas, revisões de normas e interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRSs) foram emitidas pelo *International Financial Standards Board (IASB)* sendo essas:

- Modificações no IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros - Evidenciação" - Aplicável para exercícios iniciados a partir de 1º de julho de 2011.
- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - Aplicável para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas" - Aplicável para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 12 - "Divulgação de participação em outras entidades" - Aplicável para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 13 - "Valor Justo - Mensuração e Evidenciação" - Aplicável para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.
- Modificações no IAS 1 - "Apresentação de Outros Resultados Abrangentes" - Aplicável para exercícios iniciados a partir de 1º de julho de 2012.
- Modificações no IAS 27 - "Demonstrações financeiras consolidadas e separadas" - Aplicável para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.
- Modificações no IAS 28 - "Investimentos em coligadas" - Aplicável para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes as IFRSs acima citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Companhia		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
<b>Geração do valor adicionado</b>		<b>2.438.009</b>	<b>2.108.251</b>	<b>2.485.606</b>	<b>2.143.117</b>
Venda de produtos, líquidas de devoluções e abatimentos	19	2.439.129	2.108.326	2.486.726	2.143.192
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	(1.120)	(75)	(1.120)	(75)
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>		<b>1.545.408</b>	<b>1.404.228</b>	<b>1.569.506</b>	<b>1.373.046</b>
Matérias-primas e material de processo consumidas		1.198.032	1.034.325	1.198.032	1.031.554
Materiais, energia, serviço de terceiros e outros		347.376	369.903	371.474	341.492
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>		<b>892.601</b>	<b>704.023</b>	<b>916.100</b>	<b>770.071</b>
<b>Retenções:</b>		<b>80.510</b>	<b>76.255</b>	<b>80.633</b>	<b>76.433</b>
Depreciações e amortizações	13	80.510	76.255	80.633	76.433
<b>Valor adicionado líquido gerado</b>		<b>812.091</b>	<b>627.768</b>	<b>835.467</b>	<b>693.638</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		<b>103.853</b>	<b>92.901</b>	<b>90.028</b>	<b>42.965</b>
Participação no resultado das controladas	12	16.175	49.995	-	-
Receitas financeiras	21	87.678	42.906	90.028	42.965
<b>VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>		<b>915.944</b>	<b>720.669</b>	<b>925.495</b>	<b>736.603</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>					
<b>Do trabalho</b>		<b>443.091</b>	<b>374.919</b>	<b>448.257</b>	<b>380.242</b>
Colaboradores(as)		324.355	260.428	328.955	264.767
Encargos sociais - FGTS		29.031	23.649	29.031	23.649
Participação nos lucros ou resultados		19.163	37.035	19.163	37.357
Honorários da Administração		5.190	6.942	5.190	6.942
Saúde e segurança no trabalho		43.846	33.134	43.846	33.134
Alimentação		11.712	9.161	11.712	9.161
Educação, capacitação e desenvolvimento profissional		2.902	1.21		



# TUPY S.A. e Controladas

CNPJ nº 84.683.374/0001-49

Companhia Aberta

Em 31 de dezembro de 2011 o montante R\$ 31.088 de contas a receber no mercado externo da Companhia é referente a partes relacionadas (R\$ 61.574 em dezembro de 2010), (nota 9)

	Companhia		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
A vencer até 30 dias	146.720	123.359	195.753	161.164
A vencer de 31 a 60 dias	44.351	53.700	49.359	29.773
A vencer acima de 61 dias	22.419	19.407	13.597	17.768
Vencidas até 30 dias	2.980	2.864	4.360	3.486
Vencidas de 31 a 60 dias	3.103	1.285	6.508	2.546
Vencidas acima de 61 dias provisionadas	2.023	3.278	2.023	3.278
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.925)	(3.278)	(1.925)	(3.278)
	<b>219.671</b>	<b>200.615</b>	<b>269.675</b>	<b>214.737</b>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é determinada com base nos clientes em atraso, nas condições descritas abaixo:

	Companhia e Consolidado	
	2011	2010
Mercado interno	Condições de atraso	
	De 61 a 180 dias	50%
	Acima de 180 dias	100%
Mercado externo	De 61 a 180 dias	100%
	Acima de 180 dias	100%
		<b>1.925</b>

Durante o exercício, a provisão para devedores duvidosos apresentou a seguinte movimentação:

	Companhia e Consolidado	
	2011	2010
Saldo inicial	(3.278)	(3.629)
Adições	(1.120)	(75)
Baixas	2.473	426
Saldo final	(1.925)	(3.278)

## 6. ESTOQUES

	Companhia e Consolidado	
	2011	2010
Companhia		
Produtos acabados	71.511	59.794
Produtos em elaboração	26.275	26.239
Matérias-primas	33.251	27.233
Materiais de processo	41.618	26.509
Materiais de manutenção e outros	33.890	36.755
Provisão para perdas	(2.361)	(3.867)
	<b>204.184</b>	<b>172.663</b>
Controladas		
Produtos acabados	18.077	28.533
Consolidado	<b>222.261</b>	<b>201.196</b>

Determinados itens foram objeto de constituição de provisões para ajuste ao valor realizável líquido. Durante o exercício, a provisão para ajuste dos estoques ao valor realizável líquido apresentou a seguinte movimentação:

	Companhia e Consolidado	
	2011	2010
Saldo inicial	(3.867)	(5.599)
Adições	-	(2.531)
Reversões	-	141
Baixas por perda	1.506	4.122
Saldo final	(2.361)	(3.867)

O custo dos estoques reconhecido como despesa durante o período em relação às operações contínuas foi de R\$ 1.745.632 (R\$ 1.476.131 em 2010).

A Administração espera que os estoques sejam realizados em um período inferior a 12 meses.

## 7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Os impostos e contribuições a recuperar, classificados em função da expectativa de realização, são representados como segue:

	Companhia e Consolidado					
	2011		2010		2010	
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Companhia						
(a) Crédito prêmio de IPI 1979/1981	53.647	-	53.647	-	52.560	52.560
(b) Crédito prêmio de IPI 1988/1990	-	91.788	91.788	-	88.843	88.843
Provisão para perdas	-	(28.561)	(28.561)	-	-	-
(c) COFINS alargamento base de cálculo	15.045	-	15.045	-	25.170	25.170
Provisão para perdas	(15.045)	-	(15.045)	-	-	-
(d) ICMS a recuperar - SP	-	22.938	22.938	-	32.138	32.138
Provisão para perdas	-	-	-	-	(15.011)	(15.011)
(e) ICMS a recuperar - SC	11.644	7.005	18.649	7.368	7.005	14.373
Imposto de renda a recuperar	24.031	-	24.031	7.197	-	7.197
Contribuição social a recuperar	4.755	-	4.755	2.603	-	2.603
COFINS, PIS e IPI a recuperar	1.048	-	1.048	1.265	-	1.265
	<b>95.125</b>	<b>93.170</b>	<b>188.295</b>	<b>18.433</b>	<b>190.215</b>	<b>208.648</b>
Controladas						
Imposto de renda a recuperar	1.054	-	1.054	1.456	209	1.665
IVA/VAT a recuperar	4.393	1.787	6.180	3.869	1.789	5.658
Consolidado	<b>100.572</b>	<b>94.957</b>	<b>195.529</b>	<b>23.758</b>	<b>192.213</b>	<b>215.971</b>

A origem dos créditos acima relacionados é a seguinte:

### a. Crédito Prêmio de IPI - Exportações 1979 a 1981

Trata-se do benefício fiscal conhecido como Crédito-Prêmio de IPI, originário das exportações realizadas pela Companhia entre os anos de 1979 e 1981, no montante de R\$ 53.647, cujo direito à utilização foi reconhecido por decisão judicial transitada em julgado em dezembro de 2003. A decisão de execução de sentença transitou em julgado em março de 2011. Em abril de 2011 a Companhia apresentou pedido de desistência dos atos executórios, visando a satisfação do crédito no âmbito administrativo, que foi acolhido em junho de 2011 e transitado em julgado em agosto de 2011. Em setembro de 2011 a Companhia requereu, perante a Receita Federal do Brasil, a habilitação do referido crédito e, em fevereiro de 2012 o pedido foi deferido, o que permitirá a compensação com os tributos federais vincendos. Tais compensações iniciarão no 1º trimestre de 2012 e as expectativas apontam para a utilização integral durante o exercício de 2012.

### b. Crédito Prêmio de IPI - Exportações Jun/1988 a Out/1990

Crédito-Prêmio de IPI originário das exportações realizadas pela Companhia entre os meses de junho de 1988 e outubro de 1990, cujo direito à utilização foi reconhecido por decisão do Superior Tribunal de Justiça transitada em julgado em abril de 2009. A Companhia protocolou, em 25 de janeiro de 2012, o pedido de liquidação da referida sentença e a expectativa é de que tal processo seja concluído em até três anos, o que permitirá a realização do crédito mediante a emissão de precatórios. Considerando a referida expectativa de realização, a Companhia avaliou o crédito a valor presente e constituiu provisão para perda de R\$ 28.561. (nota 22)

### c. Crédito de COFINS alargamento da base de cálculo (Lei nº 9.718/98)

Direito à restituição de pagamento desse tributo que posteriormente foi reconhecido como não devido pela Companhia em decisão judicial transitada em julgado em maio de 2006. O apontado pagamento foi feito, à época, mediante compensação com Crédito-Prêmio IPI, compensação essa não aceita pela Receita Federal. O contencioso e respectivo débito em favor da Receita Federal referente a tal compensação foi liquidado no âmbito da anistia instituída pela Medida Provisória nº 470/09, em outubro de 2010. Em abril de 2011 a Companhia iniciou os procedimentos de compensação do crédito e já utilizou R\$ 10.125 até 31 de dezembro de 2011, restando para utilização futura R\$ 15.045. Em 24 de maio de 2011 a Receita Federal do Brasil impediu novas compensações sob a alegação de que o prazo para aproveitá-lo teria expirado. Em 18 de julho de 2011, a Companhia impetrou medida judicial e, em 13 de dezembro de 2011, obteve decisão favorável assegurando o direito à compensação, ainda sujeito a recursos, razão pela qual a Companhia manteve a provisão. (nota 22)

### d. ICMS a recuperar em São Paulo

São créditos decorrentes de compras de matérias-primas utilizadas na manufatura de produtos exportados. Considerando que as operações não proporcionavam realizações do saldo credor, a Companhia constituiu provisão no valor de R\$ 15.501 em dezembro de 2008. Atualmente as operações da Companhia consomem créditos as quais resultaram em redução do saldo credor em R\$ 9.200 durante o exercício de 2011 (R\$ 4.370 em 2010). Considerando as contínuas realizações destes créditos, a Administração reavaliou a provisão constituída e julgou desnecessária sua manutenção, revertendo-a integralmente. (nota 22)

### e. ICMS a recuperar em Santa Catarina

São créditos decorrentes de compras de ativos imobilizados, no montante de R\$ 18.649, realizáveis em 48 parcelas conforme a legislação estadual aplicável (R\$ 14.373 em 2010).

## 8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A composição dos créditos e débitos fiscais diferidos, originários de imposto de renda e contribuição social, de acordo com as contas do balanço, está apresentada a seguir:

	Companhia e Consolidado		
	2011	2010	Varição
Ativo			
Companhia			
Contas a receber	1.495	1.799	(304)
Estoques	803	1.315	(512)
Impostos e contribuições a recuperar	14.826	5.270	9.556
Ferramentais de terceiros	2.631	1.691	940
Créditos Eletrobrás	3.428	-	3.428
Outros itens do ativo	5.217	4.379	838
Salários, encargos sociais e participações	6.395	13.426	(7.031)
Outros itens do passivo	5.426	1.410	4.016
Provisões tributárias, cíveis, previdenciárias e trabalhistas	33.894	53.457	(19.563)
	<b>74.115</b>	<b>82.747</b>	<b>(8.632)</b>
Consolidado			
Lucros não realizados nas subsidiárias	3.750	2.482	1.268
Total Consolidado	<b>77.865</b>	<b>85.229</b>	<b>(7.364)</b>

	Companhia e Consolidado		
	2011	2010	Varição
Passivo			
Imobilizado - ajuste de avaliação patrimonial	68.103	76.492	(8.389)
Diferenças de taxas de depreciação	29.946	20.646	9.300
Total Companhia e Consolidado	<b>98.049</b>	<b>97.138</b>	<b>911</b>

Para o ativo diferido de imposto de renda e contribuição social, a Companhia elaborou estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração, o qual indica a plena recuperação destes tributos diferidos.

## 13. IMOBILIZADO

### a. Movimentação do ativo imobilizado

	Companhia e Consolidado			
	Máquinas, instalações e equipamentos	Edificações	Terrenos	Veículos
Custo				
Saldo em 01 de janeiro de 2010	1.143.447	143.783	8.748	16.000
Adições	62.328	9.790	-	1.505
Baixas	(6.382)	(39)	-	(19)
Transferência de ativos mantidos para a venda	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.199.393	153.534	8.748	17.486
Adições	117.587	16.502	-	1.505
Baixas	(11.486)	(993)	-	(467)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.305.494	169.043	8.748	21.190
Depreciação				
Saldo em 01 de janeiro de 2010	(468.569)	(80.125)	-	(9.015)
Depreciação no período	(70.185)	(3.927)	-	(2.022)
Baixas	1.954	39	-	19
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(536.800)	(84.013)	-	(11.018)
Depreciação no período	(74.254)	(4.058)	-	(2.073)
Baixas	10.395	593	-	455
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(600.659)	(87.478)	-	(12.636)
Valor contábil				
Em 31 de dezembro de 2010	662.593	69.521	8.748	6.468
Em 31 de dezembro de 2011	704.835	81.565	8.748	8.554

O ativo diferido de imposto de renda e contribuição social divulgado nas demonstrações financeiras de 2010 estava apresentado líquido do passivo diferido originário da diferença entre as taxas depreciação fiscal e societária. O estudo técnico de viabilidade elaborado na época demonstrava capacidade de realização para os valores brutos. A estimativa de realização futura, baseada na projeção de lucros da Companhia é como segue:

Ano	Companhia		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
2011	-	27.247	-	27.247
2012	21.048	27.488	21.048	27.488
2013	25.069	28.012	25.069	29.502
2014	26.012	-	26.012	992
2015	1.986	-	5.736	-
	<b>74.115</b>	<b>82.747</b>	<b>77.865</b>	<b>85.229</b>

A controlada Sociedade Técnica de Fundições Gerais S.A. - Sofunge (em liquidação) possui prejuízos fiscais de R\$ 56.053 (R\$ 55.755 em 2010) e bases negativas da contribuição social de R\$ 61.284 (R\$ 60.986 em 2010). No momento a Administração não vislumbra forma de realização, por esse motivo os respectivos créditos não estão registrados.

## 9. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais transações da Companhia com partes relacionadas podem ser resumidas como segue:

### a. Empresas controladas

Balanço patrimonial	Direitos a receber		Obrigações	
	2011	2010	2011	2010
Tupy Agroenergética Ltda.	-	-	158	3.475
Sociedade Técnica de Fundições Gerais S.A. - Sofunge "em liquidação"	-	-	1.527	2.253
Tupy American Foundry Co.	21.924	35.494	-	-
Tupy American Iron & Alloys Co.	2	910	-	-
Tupy Europe GmbH	7.170	23.213	-	-
Tupy Argentina S.R.L.	1.992	1.957	-	-
	<b>31.088</b>	<b>61.574</b>	<b>1.685</b>	<b>5.728</b>

Os direitos a receber e as receitas de vendas da Companhia com suas controladas são representadas basicamente por operações de venda de mercadorias e os preços e prazos são definidas conforme estabelecido entre as partes.

Demonstração do resultado	Receita de vendas		Despesa financeira	
	2011	2010	2011	2010
Tupy Agroenergética Ltda.	-	-	(25)	(17)
Sociedade Técnica de Fundições Gerais S.A. - Sofunge "em liquidação"	-	-	(19)	(12)
Tupy American Foundry Co.	340.403	277.948	-	-
Tupy American Iron & Alloys Co.	4.778	3.538	-	-
Tupy Europe GmbH	147.965	104.788	-	-
Tupy Argentina S.R.L.	519	2.592	-	-
	<b>493.665</b>	<b>388.856</b>	<b>(44)</b>	<b>(29)</b>

As obrigações representam empréstimos de mútuo de controladas no Brasil, remunerados pela variação da TR - Taxa Referencial.

### b. Principais acionistas

A Companhia tem como principais acionistas a PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil e a BNDES Participações S.A. - BNDESPAR. A Companhia mantém contratos de financiamentos com o BNDES, acionista controlador da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, conforme detalhado na nota 14.

### c. Remuneração dos administradores

	Conselho de Administração		Diretoria Executiva	
	2011	2010	2011	2010
Remuneração Fixa	800	780	2.916	2.838
Remuneração Variável	-	-	1.474	3.324
	<b>800</b>	<b>780</b>	<b>4.390</b>	<b>6.162</b>

A remuneração global aprovada em AGO/E é de R\$ 9.000 (R\$ 8.500 em 2010).

A remuneração dos administradores ocorre apenas na controladora, portanto, não há remuneração nas empresas controladas.

Os valores registrados a título de remuneração variável da Diretoria Executiva estão em acordo com as metas estabelecidas para o exercício. Não há previsão de remuneração variável para o Conselho de Administração. A título de benefícios corporativos, os Diretores da Companhia fazem jus a automóvel, reembolso de despesas, seguro saúde e indenização por rescisão contratual, cujos valores somaram R\$ 543 (R\$ 252 em 2010) e estão apropriados no grupo de despesas administrativas.

A Companhia não oferece aos administradores, plano de benefício pós-exoneração e plano de participações em ações.

## 10. CRÉDITOS ELETROBRÁS

São créditos registrados em 2003, referentes ao reconhecimento pelo Poder Judiciário (com trânsito em julgado) do direito ao complemento da correção monetária do empréstimo compulsório da Eletrobrás e dos respectivos juros.

No âmbito da respectiva execução de sentença, em dezembro de 2011, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região corroborou a apuração realizada pela Companhia, na medida em que lhe assegurou, além do crédito já reconhecido em 1ª instância (principal acrescido de juros remuneratórios), os créditos correspondentes aos juros moratórios.

O valor registrado pela Companhia reflete, portanto: (i) o direito já reconhecido pelo Judiciário; (ii) a forma de apuração apontada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região; (iii) laudo pericial homologado pelo Judiciário; e (iv) a previsão legal que permite à Eletrobrás pagar uma parcela da referida dívida com ações - critério que ainda será questionado pela Companhia nos tribunais superiores, mas que, por ora, demanda o registro de provisão para perda em R\$ 10.083. (nota 22)

A atualização monetária e reconhecida mediante a aplicação da variação do IPCA-E.

A Companhia estima que o crédito seja efetivamente recebido ao longo do exercício de 2013.

Abaixo quadro demonstrativo da evolução do saldo da conta:

	Companhia e Consolidado	
	2011	2010
Saldo em Dez/10	90.284	8.396
Atualização monetária	-	(10.083)
Provisão para perdas	-	-
Saldo em Dez/11	<b>90.284</b>	<b>8.396</b>

## 11. ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA E PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

A Companhia não concluiu as negociações para a venda dos ativos de propriedade da controlada Tupy Agroenergética Ltda., desta forma, por não existir uma perspectiva clara quanto ao prazo de realização reclassificou o valor para o grupo de propriedades para investimento.

Odalmo em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 4.189 (R\$ 4.574 em 31 de dezembro de 2010).

De acordo com avaliação feita em 2011 por empresa especializada, os valores de realização dos ativos classificados como propriedades para investimento apontam para uma faixa entre R\$ 26.953 (mínimo) e R\$ 49.761 (esperado), líquidos dos efeitos fiscais e do custo contábil.

## 12. INVESTIMENTOS

	Companhia		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Em Controladas:				
Tupy Agroenergética Ltda.	10.247	13.184	-	-
Sociedade Técnica de Fundições Gerais S.A. - Sofunge "em liquidação"	2.132	2.038	-	-
Tupy American Foundry Co.	31.070	25.840	-	-
Tupy American Iron & Alloys Co.	2.703	1.997	-	-
Tupy Europe GmbH	40.119	30.257	-	-
Tupy Argentina S.R.L.	1.724	2.370	-	-
	87.995	75.686	-	-
Outros Investimentos	1.364	582	1.364	922
	<b>89.359</b>	<b>76.268</b>	<b>1.364</b>	<b>922</b>

A movimentação ocorrida nas contas durante o exercício é assim representada:

	Investimentos em Controladas					
	Tupy Agroenergética Ltda.	Soc. Téc. de Fund. Gerais S.A. - Sofunge	Tupy American Foundry	Tupy American Iron & Alloys	Tupy Europe GmbH	Tupy Argentina S.R.L.
Participação no capital social (%)	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Total do Ativo						
201						



# TUPY S.A. e Controladas

CNPJ nº 84.683.374/0001-49  
Companhia Aberta

## a. Créditos de PIS e COFINS/Processos de IRPJ e CSLL

Processos de PIS e COFINS: Processos administrativos nos quais a Receita Federal do Brasil questiona a Companhia pela utilização de créditos gerados nas aquisições de insumos nos períodos entre os anos de 2004 a 2011 (divergências na conceituação de insumos). A Companhia apresentou defesa administrativa demonstrando a pertinência dos creditamentos em atendimento à legislação tributária.  
Processos de IRPJ e CSLL: Processos administrativos dos anos de 1994 e 2006 nos quais a Receita Federal do Brasil questiona, respectivamente, a determinação do lucro tributável, e a utilização do IRPJ estimativa. A Companhia apresentou defesa sustentando que a apuração fiscal foi realizada de forma adequada.

## b. Débitos quitados em anistia fiscal

Débitos quitados pela Companhia mediante adesão à anistia fiscal da MP 470/09, nos quais a Receita Federal do Brasil questiona a suposta incompatibilidade destes ao referido programa. A Companhia está pleiteando, em juízo, a homologação, diante da plena compatibilidade entre os débitos e anistia em voga.

## c. Créditos de ICMS

Processos administrativos e judiciais, de iniciativa dos fiscos estaduais de São Paulo e de Santa Catarina, dos anos de 2009 a 2011, nos quais são questionados determinados creditamentos de ICMS realizados pelos estabelecimentos de Mauá e de Joinville. Em todos os processos, a Companhia tem demonstrado a pertinência dos creditamentos realizados em atendimento à legislação tributária.

## d. Débitos fiscais prescritos

Execuções fiscais promovidas pela União, nos anos de 2004 e 2005, cobrando supostos débitos relativos às compensações com Crédito-Prêmio de IPI. A Companhia está se defendendo, arguindo a prescrição desde aquelas datas, nos termos da jurisprudência dos tribunais superiores.

## e. Processos de natureza previdenciária

Processos administrativos e judiciais, dos anos de 1998 e 2008, de iniciativa do fisco federal em razão de supostos débitos relativos às contribuições previdenciárias incidentes sobre a folha de pagamento e devidos por prestadores de serviço (responsabilidade subsidiária). Em todos os processos, a Companhia tem se defendido demonstrando que os procedimentos fiscais adotados estão em plena consonância com a legislação tributária.

## f. Processos de natureza trabalhista

São processos movidos por ex-empregados em trâmite na Justiça do Trabalho, pleiteando indenizações e verbas trabalhistas supostamente devidas pela Companhia.

## g. Processo de natureza cível

Contingência em que se discute a ocorrência de excesso de execução em demanda movida pela Companhia, relativamente à majoração indevida de tarifa de energia elétrica cobrada pela concessionária, em período de congelamento de preços, de fevereiro a novembro de 1986.

## 18. CAPITAL SOCIAL, AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL, RESERVAS E DIVIDENDOS

### a. Capital social

O capital autorizado é limitado a R\$ 450.000, representado por ações escriturais nominativas, sem valor nominal, divididas em ordinárias e preferenciais.

Do capital autorizado, acham-se subscritos e integralizados R\$ 398.395, representados por 57.138.750 ações, sendo 56.820.214 ações ordinárias com direito a voto, e 318.536 ações preferenciais sem direito a voto.

O Conselho de Administração da Companhia poderá aumentar o capital subscrito em montante que reputar conveniente e necessário até o limite do capital autorizado.

A Companhia, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas que lhe prestem serviços ou à entidade sob seu controle. Até 31 de dezembro de 2011, não houve outorga de opção de compra de ações.

As ações preferenciais conferem a seus possuidores:

- O direito de prioridade no reembolso do capital, em caso de encerramento das atividades da Companhia;
- O direito de participação, em igualdade de condições com as demais ações, na distribuição de dividendos, no recebimento de bonificações provenientes de correção monetária, de reavaliação do ativo, de capitalização de reservas ou de utilização de quaisquer fundos; e
- O direito de serem incluídos em ofertas públicas de alienação do controle, nas condições previstas no art. 254-A da Lei nº 6.404/76, assegurado o dividendo igual ao das ações ordinárias.

### b. Ajuste de avaliação patrimonial

É composto de saldos de reavaliações de ativos efetuados em 1990 nas contas de terrenos e edificações (R\$ 16.593) e em 2005 na conta de máquinas e equipamentos (R\$ 115.610), as quais foram admitidas como parte integrante do valor de custos dos respectivos bens. A realização contra a conta de lucros acumulados ocorre na proporção da depreciação dos ativos correspondentes, quando aplicável.

### c. Reservas de lucros

- Reserva legal  
É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.
- Reserva para investimentos  
É constituída em montante não inferior a 5% do lucro líquido, apurado em cada exercício social, até o limite de 50% do capital social. Não podendo exceder, a qualquer tempo, o valor do capital social.

### d. Destinação dos resultados

É assegurado aos acionistas dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A destinação do lucro do exercício de 2011, a ser submetida à Assembleia Geral dos Acionistas, comparada com a de 2010 é a seguinte:

	2011	2010
Lucro líquido do exercício	203.384	154.431
Constituição de reserva legal (5%)	10.169	7.722
<b>Base de cálculo dos dividendos</b>	<b>193.215</b>	<b>146.709</b>
<b>PROPOSTA DE DISTRIBUIÇÃO</b>		
(para ações em circulação na data do balanço)	2011	2010
Juros sobre o capital próprio (JCP) bruto	48.016	41.706
Dividendos	36.472	23.233
<b>Total proposto para distribuição</b>	<b>84.488</b>	<b>64.939</b>
<b>ALOCAÇÃO NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>Passivo circulante</b>		
Juros sobre o capital próprio (JCP) bruto	48.016	41.706
Dividendos	7.490	1.227
<b>Total</b>	<b>55.506</b>	<b>42.933</b>
<b>Patrimônio líquido</b>		
Dividendos adicionais propostos	28.982	22.006
<b>Saldo destinado à reserva para investimento</b>	<b>125.014</b>	<b>97.440</b>
<b>Valores unitários por ação: Ordinárias e Preferenciais</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Juros sobre o capital próprio (JCP) bruto	0,84034	0,72991
Dividendos	0,63832	0,40661
Total proposto para distribuição	1,47866	1,13652
Os dividendos propostos, líquidos dos efeitos fiscais na parcela paga a título de juros sobre o capital próprio (15% de IRRF), representam 40% do lucro líquido após as destinações legais.		
Em 31 de dezembro de 2011, a soma das reservas de lucros excedem o Capital Social em R\$ 138.656, após feitas todas as destinações previstas na legislação societária. Conforme previsto no Art. 199 da Lei nº 6.404/76, a Administração irá propor à Assembleia aumento do Capital Social.		

## 19. RECEITA OPERACIONAL

Abaixo apresentamos a conciliação das receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Companhia		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receita bruta	2.472.857	2.132.607	2.520.454	2.167.478
<b>Menos:</b>				
Devoluções e abatimentos	(33.728)	(24.281)	(33.728)	(24.286)
<b>Receita líquida de devoluções e abatimentos</b>	<b>2.439.129</b>	<b>2.108.326</b>	<b>2.486.726</b>	<b>2.143.192</b>
Impostos sobre vendas	(301.156)	(271.491)	(301.178)	(271.665)
<b>Receita operacional</b>	<b>2.137.973</b>	<b>1.836.835</b>	<b>2.185.548</b>	<b>1.871.527</b>

## 20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Abaixo apresentamos a composição dos custos e despesas por natureza, conciliadas com os custos e despesas por função apresentadas na demonstração do resultado do exercício:

	Companhia		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Matérias Primas	561.509	481.602	565.061	479.947
Materiais de processo	372.808	324.826	375.166	323.710
Materiais de manutenção e consumo	158.089	148.540	159.379	148.647
Salários e encargos	428.521	347.783	435.691	351.122
Programa de participação no resultado	19.163	37.035	19.163	37.357
Benefícios sociais	62.950	46.865	63.897	47.527
Energia Elétrica	113.731	80.720	114.475	80.471
Depreciação	80.510	76.255	80.633	76.433
Fretes sobre vendas	69.234	49.942	81.103	60.911
Honorários da Administração	5.190	6.942	5.190	6.942
Outros custos	18.026	2.445	22.109	8.933
<b>1.889.731</b>	<b>1.602.955</b>	<b>1.921.867</b>	<b>1.622.000</b>	
Custo dos produtos vendidos	1.731.772	1.476.157	1.745.632	1.476.131
Despesas com vendas	102.489	78.116	117.833	94.567
Despesas administrativas	50.280	41.740	53.212	44.360
Honorários da Administração	5.190	6.942	5.190	6.942
<b>1.889.731</b>	<b>1.602.955</b>	<b>1.921.867</b>	<b>1.622.000</b>	

## 21. RESULTADO FINANCEIRO

	Companhia		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros sobre financiamento bancário	(59.315)	(30.423)	(59.315)	(30.423)
Juros sobre financiamento tributário	(1.093)	(4.547)	(1.098)	(4.570)
Outras despesas	(1.446)	(2.034)	(4.169)	(3.090)
	(61.854)	(37.004)	(64.582)	(38.083)
<b>Receitas financeiras</b>				
Juros sobre aplicação financeira	74.511	32.990	74.511	32.990
Juros sobre crédito Eletrobrás	8.396	4.129	8.396	4.129
Outras receitas	4.771	5.787	7.121	5.846
	87.678	42.906	90.028	42.965
<b>Variações monetárias e cambiais líquidas</b>				
Variações cambiais líquidas	(6.392)	(4.286)	(4.144)	(9.053)
Variação monetária	43	333	43	334
	(6.349)	(3.953)	(4.101)	(8.719)
	<b>19.475</b>	<b>1.949</b>	<b>21.345</b>	<b>(3.837)</b>

As receitas financeiras abrangem, principalmente, rendimentos auferidos em aplicações financeiras e atualizações de ativos que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, juros e variações monetárias sobre financiamentos e empréstimos bancários que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, juros e variações monetárias sobre financiamento de impostos e encargos sociais, despesas bancárias e impostos sobre operações financeiras que são reconhecidos no resultado.

Os ganhos e perdas provenientes de variações cambiais sobre ativos e passivos em moeda estrangeira são reportados em uma base líquida.

## 22. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Companhia		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
<b>Constituição e atualização de provisões (nota 17):</b>				
- Tributárias	(146)	(1.362)	(146)	(1.362)
- Cíveis	(5.369)	(62.972)	(5.369)	(8.806)
- Trabalhistas	(8.736)	(6.056)	(8.736)	(6.056)
- Previdenciárias	(800)	(2.812)	(800)	(11.769)
<b>Reversão de provisões (nota 17):</b>				
- Reversão de provisões cíveis	62.087	20.449	62.207	20.449
<b>Constituição e reversão de provisões sobre impostos a recuperar (nota 7):</b>				
- Provisão para perda do Crédito Prêmio de IPI do período de 1988/1990	(28.561)	(40.741)	(28.561)	(40.741)
- Provisão para perda do Crédito Prêmio de IPI do período de 1981/1985	-	(5.766)	-	(5.766)
- Provisão para perda do Crédito Cofins	(15.045)	-	(15.045)	-
- Reversão da provisão para perda do Crédito ICMS	15.501	-	15.501	-
Provisão para perda do Crédito Eletrobrás (nota 10)	(10.083)	-	(10.083)	-
Depreciação de ativos não operacionais	(1.953)	(1.355)	(1.953)	(1.401)
Baixa de bens do imobilizado	(1.170)	(4.428)	(1.184)	(4.628)
Resultado na venda de inservíveis e na baixa de ferramentais de terceiros e outros	(14.906)	6.786	(12.600)	6.083
	<b>(9.181)</b>	<b>(98.257)</b>	<b>(6.769)</b>	<b>(53.997)</b>

## 23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO

	Companhia		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
<b>Lucro antes dos efeitos fiscais</b>	<b>274.711</b>	<b>187.567</b>	<b>278.257</b>	<b>191.693</b>
Alíquota combinada de impostos	34%	34%	34%	34%
Despesa à alíquota combinada	(93.402)	(63.773)	(94.607)	(65.176)
<b>Efeito fiscal de (adições) exclusões permanentes:</b>				
- Equivalência patrimonial	5.500	16.998	-	-
- Depreciação de bens reavaliados em 1990	-	(660)	(660)	-
- Depreciação de ativos não operacionais	(664)	(461)	(664)	(476)
- Juros sobre o capital próprio	16.325	14.180	16.325	14.180
- Baixa de provisão previdenciária sem crédito fiscal diferido na controlada	-	-	-	18.416
- Demais (adições) exclusões permanentes	914	580	3.297	(926)
Efeitos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de controladas sem constituição de créditos fiscais diferidos	-	-	776	(2.620)
<b>Efeitos fiscais lançados ao resultado</b>	<b>(71.327)</b>	<b>(33.136)</b>	<b>(74.873)</b>	<b>(37.262)</b>

Composição do efeito fiscal lançado ao resultado do exercício:

	Companhia		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
<b>Imposto de renda e contribuição social correntes</b>				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(61.784)	(41.363)	(66.598)	(47.082)
<b>Efeitos fiscais lançados ao resultado</b>	<b>(61.784)</b>	<b>(41.363)</b>	<b>(66.598)</b>	<b>(47.082)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social correntes</b>				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(9.543)	8.227	(8.275)	9.820
<b>Efeitos fiscais lançados ao resultado</b>	<b>(9.543)</b>	<b>8.227</b>	<b>(8.275)</b>	<b>9.820</b>
<b>Efeitos fiscais lançados ao resultado</b>	<b>(71.327)</b>	<b>(33.136)</b>	<b>(74.873)</b>	<b>(37.262)</b>

## 24. LUCRO POR AÇÃO

Abaixo o cálculo do lucro por ação Ordinária (ON) e Preferencial (PN) no exercício:

	Companhia e Consolidado	
	2011	2010
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	203.384	154.431
Média ponderada de ações em circulação	57.139	57.139
<b>Lucro básico e diluído por ação - R\$</b>	<b>3,5595</b>	<b>2,7027</b>

## 25. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota uma política de seguros que considera a natureza e o grau de riscos envolvidos, de acordo com a orientação de seus consultores de seguros, e que a Administração entende como adequados. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes. Os riscos cobertos contemplam os seguintes itens e valores correspondentes:

	2011	2010
Prédios e edificações	77.378	73.965
Máquinas e equipamentos, móveis e utensílios	954.918	901.954
Estoque	130.279	141.623
Lucros cessantes	629.328	483.089
Responsabilidade civil	36.706	36.706

## 26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Companhia divulga as informações por segmento de negócio operacional, de acordo com aquelas informadas aos órgãos da administração para decisões sobre alocações de recursos e avaliações de desempenho, conforme descrito abaixo.

**Produtos Automotivos** - Fabricação, sob encomenda, de produtos fundidos e usinados, com elevado conteúdo tecnológico, tais como componentes para sistemas de propulsão (bloco e cabeçotes), freio, transmissão, direção, eixo e suspensão de veículos, para fabricantes mundiais de motores, automóveis de passeio, veículos comerciais (caminhões, ônibus e outros), máquinas de construção, tratores, máquinas agrícolas e geradores de energia.

**Produtos Industriais** - Fabricação de conexões de ferro maleável para a indústria da construção, granalhas de ferro e aço para a indústria de beneficiamento de mármore e granitos e perfis de ferro fundido para uso diversificado.

Informações referentes aos segmentos reportados estão demonstradas a seguir:

	Consolidado					
	Produtos Automotivos		Produtos Industriais		Total	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010

Receita operacional (nota 19)	1.943.759	1.651.235	241.789	220.292	2.185.548	1.871.527
Custos e despesas (nota 20)	(1.729.235)	(1.464.427)	(192.632)	(157.573)	(1.921.867)	(1.622.000)
Resultado antes do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e do imposto de contribuição social	214.524	186.808	49.157	62.719	263.681	249.527
Resultado financeiro líquido (nota 21)	-	-	-	-	21.345	(3.837)
Outras receitas (despesas) operacionais (nota 22)	-	-	-	-	(6.769)	(53.997)
Lucro após o resultado financeiro líquido	214.524	186.808	49.157	62.719	278.257	191.693
Imposto de renda e contribuição social (nota 23)	-	-	-	-	(74.873)	(37.262)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>214.524</b>	<b>186.808</b>	<b>49.157</b>	<b>62.719</b>	<b>203.384</b>	<b>154.431</b>

**Informações acerca dos países em que a Companhia obtém receitas**  
A receita proveniente de clientes atribuídos ao país sede e a cada país estrangeiro e sua participação na receita operacional total da Companhia para o exercício, está composta abaixo:

	Companhia		Consolidado	
	2011	%	2010	%
Brasil - País Sede	1.160.985	53,1	1.044.467	55,8
Estados Unidos	403.625	18,5	391.444	20,9
México	193.275	8,8	145.529	7,8
Reino Unido	171.552	7,8	112.418	6,0
Itália	44.952	2,1	23.324	1,2
Hungria	44.734	2,0	29.887	1,6
França	33.523	1,5	23.658	1,2
Japão	32.614	1,5	22.892	1,3
China	16.369	0,7	3.602	0,2
África do Sul	13.955	0,6	7.072	0,4
Holanda	13.927	0,6	5.427	0,3
Argentina	12.189	0,6	16.202	0,9
Outros países	43.848	2,0	45.604	2,4
<b>Total</b>	<b>2.185.548</b>	<b>100,0</b>	<b>1.871.527</b>	<b>100,0</b>

A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros:

	Valor contábil	Taxa de juros contratada	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total do fluxo de caixa contratual
<b>Passivos Financeiros Moeda Nacional</b>								
Financiamentos e empréstimos garantidos	447.517	+ 3,09% a.a.	35.154	218.915	135.814	96.846	4.622	491.350
Financiamentos e empréstimos não garantidos	483.443							



# TUPY S.A. e Controladas

CNPJ nº 84.683.374/0001-49

Companhia Aberta

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia apresentava exposição ativa de US\$ 108.624. A Companhia converteu de forma gradual parte dos ativos em dólares para reais e contratou passivos em dólares. Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia apresenta uma exposição passiva de US\$ 145.099.

## Análise de sensibilidade da Exposição Cambial

Esta análise é baseada na variação da taxa de câmbio, de acordo com a instrução normativa CVM nº 475, na qual a variável de risco é avaliada com oscilação de 25% e 50%, em relação ao cenário provável estimado pela Companhia. Esta análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, são mantidas constantes.

Exposição Cambial Contábil	Risco	Divulgado	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Taxa do dólar	Alta do Dólar	R\$ 1,88	R\$ 1,76	R\$ 2,20	R\$ 2,64
Posição ativa		623.251	584.775	730.969	877.163
Posição passiva		(895.427)	(840.149)	(1.050.186)	(1.260.224)
Exposição líquida (R\$ mil)		(272.176)	(255.374)	(319.217)	(383.060)
Exposição líquida (US\$ mil)		(145.099)	(145.099)	(145.099)	(145.099)
Impacto Potencial (R\$ mil)		-	16.802	(47.041)	(110.884)

A simulação considerou uma desvalorização do real frente ao dólar norte americano, em relação ao cenário provável indicado pela Companhia.

## Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia incorrer em variações de taxas de juros, sobre as aplicações e empréstimos bancários afetando de forma direta as contas de resultados. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação e alocação de recursos financeiros, conforme segue:

	Consolidado	Nota explicativa	2011	2010
<b>Instrumentos de taxa variável</b>				
Ativos financeiros		3 e 4	1.256.275	418.505
Passivos financeiros		14	1.037.230	234.756
<b>Instrumentos de taxa fixa</b>				
Ativos financeiros		3	186.119	178.502
Passivos financeiros		14	759.442	552.002

## Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros variável e fixa

A Companhia possui aplicações financeiras em CDB (Certificados de Depósitos Bancários), atrelados à variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). A simulação considera uma oscilação de 1% a.a., para mais ou para menos, na taxa variável do CDI, o que implicaria em impacto de R\$ 12.563 ao ano.

## PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria da **Tupy S.A.**, órgão assessor não estatutário do Conselho de Administração, no exercício de suas atividades de revisão, monitoramento e avaliação dos controles internos e das demonstrações financeiras, acompanhamento da efetividade da auditoria independente e da auditoria interna, durante o exercício de 2011, considerando o disposto no artigo 9º, § 1º, III, da Instrução CVM nº 481/2009, emite o seguinte parecer:

*Considerando a abrangência das entrevistas e trabalhos realizados ao longo do exercício de 2011, com os auditores independentes, auditoria interna, consultores jurídicos e contábeis independentes, membros da Diretoria Executiva, além da análise das informações divulgadas aos acionistas e baseados no exame do Relatório da Administração, acompanhado das Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, apresentadas na forma individual, conforme a legislação brasileira, e na forma consolidada, em atendimento às normas do IFRS, suportado pelo relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido em 16 de março de 2012, sem ressalvas, e não tendo constatado nenhuma ocorrência capaz de comprometer a qualidade e a integridade das informações a serem divulgadas, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração a aprovação e a publicação das Demonstrações Financeiras do exercício de 2011.*

Joinville, 27 de março de 2012

João Verner Juenemann - Coordenador

Helena Schulz A.Pereira

Maria Carmen W. Montera

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **Tupy S.A.**, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, inclusive aquelas fixadas nos incisos II e VII do artigo 163 da Lei nº 6.404/76, em reunião realizada nesta data, concluiu o exame das Demonstrações Contábeis da Companhia, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado, bem como pelas Notas Explicativas relacionadas. Tais exames foram seguidos, ainda, pela análise de documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados aos membros deste Conselho pelos Auditores externos e pela Administração da Companhia, inclusive através da análise do Relatório Anual da Administração.

Também foram analisadas as propostas da Administração em relação à modificação do capital social, por conta do disposto no art. 199 da Lei nº 6.404/76, e a distribuição de dividendos.

Destá forma, com base nos exames realizados, no Parecer do Comitê de Auditoria e no Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido em 16 de março de 2012, sem ressalvas, o Conselho Fiscal, por unanimidade, concluiu que os documentos acima referidos e as propostas da Administração, refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia, opinando favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação, pelos acionistas, em Assembleia Geral.

Joinville, 30 de março de 2012

Wanderley Rezende de Souza - Presidente

João Augusto Monteiro

Cláudio Moraes Machado

Maurício Rocha Alves de Carvalho

Leopoldo Henrique Krieger Schneider

A Companhia possui também aplicações financeiras no exterior com taxas fixas. A simulação considera uma oscilação de 0,50% a.a., para mais ou para menos, na taxa de juros da *Libor*, que projetaria um impacto de R\$ 931 ao ano.

A Companhia também possui riscos de taxas de juros em seus financiamentos e empréstimos em moeda estrangeira, vinculados a variação da Taxa *Libor*. Simulando uma oscilação de 0,50% a.a., para mais ou para menos nessa taxa variável de juros, o impacto seria de R\$ 4.281 ao ano.

Da mesma forma, a Companhia possui riscos de taxas de juros em seus financiamentos e empréstimos vinculados a TJLP, cuja oscilação de 1% a.a., para mais ou para menos, projetaria impacto de R\$ 1.715 ao ano.

## Risco de preço

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo produtivo, principalmente as sucatas, o ferro gusa, as ligas metálicas, o coque e a energia elétrica. Essas oscilações de preços podem provocar alterações nos custos da Companhia. A Companhia adota uma estratégia de monitoramento dos mesmos para refletir, em seus preços de venda, as eventuais oscilações de preço.

## Risco de estrutura de capital

Decorre da estrutura entre capital próprio (patrimônio líquido) e capital de terceiros que a Companhia utiliza para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio do capital, a Companhia monitora o cumprimento de índices financeiros em contratos de financiamentos e empréstimos.

A relação de capital próprio *versus* capital de terceiros, ao final de cada exercício, é apresentada a seguir:

	Consolidado	2011	2010
Capital próprio (Patrimônio líquido)		1.096.631	970.759
Total do passivo exigível		2.401.214	1.454.562
Caixa e equivalentes de caixa		(1.421.085)	(578.366)
<b>Capital de terceiros</b>		980.129	876.196
Relação capital próprio <i>versus</i> capital de terceiros		1,12	1,11

## e. Risco operacional

Decorre de todas as operações da Companhia podendo gerar prejuízos diretos ou indiretos associados a uma variedade de causas, processos, pessoal, tecnologia, infraestrutura e de fatores externos.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos e danos à reputação além de buscar eficácia de custos.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implantação de controles para riscos operacionais é exercida por uma área centralizada de Controles Internos sob a gestão da alta administração.

## f. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia opera com instrumentos financeiros e monitora suas obrigações financeiras para gerenciar riscos de mercado. Todas estas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela estrutura de gerenciamento de risco.

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da

**Tupy S.A.**

São Paulo - SP

## Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, da **Tupy S.A.** ("Companhia"), identificadas como Companhia e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

## Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

## Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente  
**Gabriel Stolar**

Membros

**Maria Carmen Westerlund Montera**

**Ricardo Reisen de Pinho**

**Sedat Özmen**

**Sérgio José Suarez Pompeo**

**Joilson Rodrigues Ferreira**

Vice-Presidente  
**William José Alves Bento**

A Companhia e suas controladas não têm como política investir em operações financeiras de caráter especulativo, entretanto operam com alguns derivativos financeiros com o objetivo de proteger determinados ativos e/ou passivos contra variações, principalmente, da taxa de câmbio.

Em dezembro de 2011 a Companhia realizou operação de *swap* de troca de moeda no valor de 150 milhões de dólares norte-americanos para "*hedgear*" (proteger) a exposição cambial contábil líquida frente seus ativos e passivos em moeda estrangeira, remanescente exposição líquida de US\$ 145 milhões decorrente do aumento de captações em moeda externa (nota 14, letra c). Esta operação de *swap* tem prazo de 60 dias e o resultado estimado em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 7.092 a receber. Em 07 de fevereiro de 2012, esta operação foi liquidada e gerou um valor a pagar de R\$ 16.559. As operações de *swap* de troca de moeda estão sendo renovadas, com prazo de até 30 dias, com vistas à manutenção da exposição cambial contábil da Companhia à performance de suas transações comerciais em moeda externa. (nota 29)

A Companhia elabora a análise de sensibilidade de tais operações em conjunto com exposição cambial contábil líquida, acima.

## 29. EVENTOS SUBSEQUENTES

### Contratação de financiamentos e empréstimos

Em janeiro de 2012, a Companhia contratou empréstimo no montante de R\$ 195.934 junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, na modalidade Finem, com prazo total de até 6,5 anos, e carência de até 2 anos, cuja finalidade é financiar investimentos, realizados e a realizar, entre 2011 e 2013. O contrato prevê 83% de recursos com custos em reais e 17% em dólares norte-americanos. As garantias são compostas por equipamentos fabris, das unidades de Usinagem e de Blocos, localizados na planta de Joinville/SC.

### Operações de Swap

Com o objetivo de manter o nível de exposição cambial em patamares compatíveis com seus negócios, no período de janeiro a março de 2012 a Companhia efetuou três operações de contratação e renovação de *swap* de troca de moedas nos valores de US\$ 150 milhões (janeiro e março) e de US\$ 300 milhões (fevereiro) todas com prazos inferiores 30 dias.

## 30. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes Demonstrações Financeiras em 16 de março de 2012.

### Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Tupy S.A.** em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **Tupy S.A.** em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da **Tupy S.A.**, essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

### Outros assuntos

#### Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Joinville, 16 de março de 2012

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

CRC nº 2SP 011.609/0-8

Roberto Wagner Promenzio

Contador

CRC nº 1SP-088.438/O-9

**Deloitte.**

## DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente e  
Diretor de Relações com Investidores  
**Luiz Tarquínio Sardinha Ferro**

Diretores Vice-Presidentes  
**Fernando Cestari de Rizzo**  
**Luís Carlos Guedes**  
**Roberto Heeren**

## CONTADOR

**Pedro Henrique Eying**  
CRC-SC 16.161 - CPF 537.813.259-20